

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 195

EMENTA: Prorroga, por 180 (cento e oitenta) dias, o reconhecimento, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, da ocorrência do estado de calamidade pública no Estado de Pernambuco, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 9, de 24 de março de 2020.



## A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias o reconhecimento, exclusivamente para os fins do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, notadamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos na Lei nº 17.033, de 28 de agosto de 2020, da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/00; e para afastamento das restrições às despesas de pessoal (arts. 22 e 23 da Lei Complementar Federal nº 101/00), da ocorrência do estado de calamidade pública no Estado de Pernambuco para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia do novo coronavírus (SARS-CoV2), causador da COVID-19, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 9, de 24 de março de 2020.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2021.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, <sup>14</sup> de janeiro do ano de 2021, 204º da Revolução Republicana Constitucionalista e 199º da Independência do Brasil.

ERIBERTO MEDEIROS  
Presidente

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 196

EMENTA: Prorroga, por 180 (cento e oitenta) dias, o reconhecimento, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, da ocorrência do estado de calamidade pública nos municípios pernambucanos que indica.

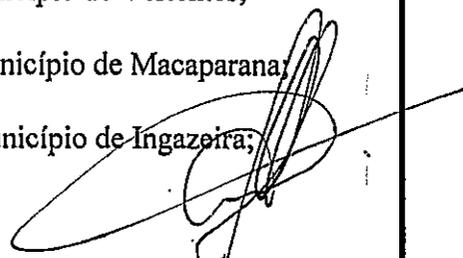


## A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco D E C R E T A :

Art. 1º Fica prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias o reconhecimento, exclusivamente para os fins do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, notadamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos na Lei nº 17.033, de 28 de agosto de 2020, da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/00, e para afastamento das restrições às despesas de pessoal (arts. 22 e 23 da Lei Complementar Federal nº 101/00), da ocorrência do estado de calamidade pública nos municípios do Estado de Pernambuco para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia do novo coronavírus (SARS-CoV2), causador da COVID-19, reconhecido pelos Decretos Legislativos abaixo assinalados:

- I - Decreto Legislativo nº 10, de 25 de maio de 2020, do município de Recife;
- II - Decreto Legislativo nº 11, de 31 de março de 2020, do município de Barra de Guabiraba;
- III - Decreto Legislativo nº 12, de 31 de março de 2020, do município de Camocim de São Félix;
- IV - Decreto Legislativo nº 13, de 31 de março de 2020, do município de Amaraji;
- V - Decreto Legislativo nº 14, de 31 de março de 2020, do município de Taquaritinga do Norte;
- VI - Decreto Legislativo nº 15, de 31 de março de 2020, do município de Cabo de Santo Agostinho;
- VII - Decreto Legislativo nº 16, de 31 de março de 2020, do município de Ipojuca;
- VIII - Decreto Legislativo nº 17, de 31 de março de 2020, do município de Vertente do Lério;
- IX - Decreto Legislativo nº 18, de 31 de março de 2020, do município de São Vicente Férrer;
- X - Decreto Legislativo nº 19, de 31 de março de 2020, do município de Ibimirim;
- XI - Decreto Legislativo nº 20, de 31 de março de 2020, do município de Vicência;
- XII - Decreto Legislativo nº 21, de 31 de março de 2020, do município de Custódia;
- XIII - Decreto Legislativo nº 22, de 31 de março de 2020, do município de Cortês;
- XIV - Decreto Legislativo nº 23, de 31 de março de 2020, do município de São Benedito do Sul;
- XV - Decreto Legislativo nº 24, de 31 de março de 2020, do município de Pesqueira;
- XVI - Decreto Legislativo nº 25, de 31 de março de 2020, do município de São Lourenço da Mata;

- XVII - Decreto Legislativo nº 26, de 31 de março de 2020, do município de Lagoa de Itaenga;
- XVIII - Decreto Legislativo nº 27, de 31 de março de 2020, do município de São Bento do Una;
- XIX - Decreto Legislativo nº 28, de 31 de março de 2020, do município de Poçãõ;
- XX - Decreto Legislativo nº 29, de 31 de março de 2020, do município de Limoeiro;
- XXI - Decreto Legislativo nº 30, de 31 de março de 2020, do município de Aliança;
- XXII - Decreto Legislativo nº 31, de 31 de março de 2020, do município de Tacaimbó;
- XXIII - Decreto Legislativo nº 32, de 31 de março de 2020, do município de Sairé;
- XXIV - Decreto Legislativo nº 33, de 31 de março de 2020, do município de Itambé;
- XXV - Decreto Legislativo nº 34, de 31 de março de 2020, do município de Tracunhaém;
- XXVI - Decreto Legislativo nº 35, de 31 de março de 2020, do município de Cumaru;
- XXVII - Decreto Legislativo nº 36, de 31 de março de 2020, do município de Petrolina;
- XXVIII - Decreto Legislativo nº 38, de 31 de março de 2020, do município de Ribeirão;
- XXIX - Decreto Legislativo nº 39, de 31 de março de 2020, do município de Dormentes;
- XXX - Decreto Legislativo nº 40, de 31 de março de 2020, do município de Carnaubeira da Penha;
- XXXI - Decreto Legislativo nº 41, de 31 de março de 2020, do município de Gameleira;
- XXXII - Decreto Legislativo nº 42, de 31 de março de 2020, do município de Bodocó;
- XXXIII - Decreto Legislativo nº 43, de 31 de março de 2020, do município de Terezinha;
- XXXIV - Decreto Legislativo nº 44, de 31 de março de 2020, do município de Belém de Maria;
- XXXV - Decreto Legislativo nº 45, de 31 de março de 2020, do município de Flores;
- XXXVI - Decreto Legislativo nº 46, de 31 de março de 2020, do município de Panelas;
- XXXVII - Decreto Legislativo nº 47, de 31 de março de 2020, do município de Joaquim Nabuco;
- XXXVIII - Decreto Legislativo nº 48, de 31 de março de 2020, do município de Condado;
- XXXIX - Decreto Legislativo nº 49, de 31 de março de 2020, do município de Paudalho;
- XL - Decreto Legislativo nº 50, de 31 de março de 2020, do município de Santa Cruz;
- XLI - Decreto Legislativo nº 51, de 31 de março de 2020, do município de Jurema;
- XLII - Decreto Legislativo nº 52, de 31 de março de 2020, do município de Vertentes;
- XLIII - Decreto Legislativo nº 53, de 31 de março de 2020, do município de Macaparana;
- XLIV - Decreto Legislativo nº 54, de 31 de março de 2020, do município de Ingazeira;



- XLV - Decreto Legislativo nº 56, de 31 de março de 2020, do município de Betânia;
- XLVI - Decreto Legislativo nº 57, de 31 de março de 2020, do município de Olinda;
- XLVII - Decreto Legislativo nº 58, de 31 de março de 2020, do município de Bezerras;
- XLVIII - Decreto Legislativo nº 59, de 31 de março de 2020, do município de Água Preta;
- XLIX - Decreto Legislativo nº 60, de 31 de março de 2020, do município de Lagoa dos Gatos;
- L - Decreto Legislativo nº 61, de 31 de março de 2020, do município de Serra Talhada;
- LI - Decreto Legislativo nº 62, de 31 de março de 2020, do município de Verdejante;
- LII - Decreto Legislativo nº 63, de 31 de março de 2020, do município de Triunfo;
- LIII - Decreto Legislativo nº 64, de 31 de março de 2020, do município de Cabrobó;
- LIV - Decreto Legislativo nº 65, de 31 de março de 2020, do município de Camaragibe;
- LV - Decreto Legislativo nº 66, de 31 de março de 2020, do município de Itapissuma;
- LVI - Decreto Legislativo nº 67, de 31 de março de 2020, do município de Cupira;
- LVII - Decreto Legislativo nº 68, de 31 de março de 2020, do município de Surubim;
- LVIII - Decreto Legislativo nº 69, de 31 de março de 2020, do município de Moreno;
- LIX - Decreto Legislativo nº 70, de 31 de março de 2020, do município de Paulista;
- LX - Decreto Legislativo nº 71, de 31 de março de 2020, do município de Rio Formoso;
- LXI - Decreto Legislativo nº 72, de 31 de março de 2020, do município de Santa Cruz do Capibaribe;
- LXII - Decreto Legislativo nº 73, de 31 de março de 2020, do município de Santa Cruz da Baixa Verde;
- LXIII - Decreto Legislativo nº 74, de 31 de março de 2020, do município de Afogados da Ingazeira;
- LXIV - Decreto Legislativo nº 76, de 8 de abril de 2020, do município de Canhotinho;
- LXV - Decreto Legislativo nº 77, de 8 de abril de 2020, do município de Pedra;
- LXVI - Decreto Legislativo nº 78, de 8 de abril de 2020, do município de Itaíba;
- LXVII - Decreto Legislativo nº 79, de 8 de abril de 2020, do município de Chã de Alegria;
- LXVIII - Decreto Legislativo nº 80, de 8 de abril de 2020, do município de Bom Jardim;
- LXIX - Decreto Legislativo nº 81, de 8 de abril de 2020, do município de Ferreiros;
- LXX - Decreto Legislativo nº 82, de 8 de abril de 2020, do município de Águas Belas;
- LXXI - Decreto Legislativo nº 83, de 8 de abril de 2020, do município de Tamandaré;

LXXII - Decreto Legislativo nº 84, de 8 de abril de 2020, do município de Gravatá;

LXXIII - Decreto Legislativo nº 85, de 8 de abril de 2020, do município de João Alfredo;

LXXIV - Decreto Legislativo nº 86, de 8 de abril de 2020, do município de Vitória de Santo Antão;

LXXV - Decreto Legislativo nº 87, de 8 de abril de 2020, do município de Bom Conselho;

LXXVI - Decreto Legislativo nº 88, de 8 de abril de 2020, do município de Glória do Goitá;

LXXVII - Decreto Legislativo nº 89, de 8 de abril de 2020, do município de Solidão;

LXXVIII - Decreto Legislativo nº 90, de 8 de abril de 2020, do município de Brejo da Madre de Deus;

LXXIX - Decreto Legislativo nº 91, de 8 de abril de 2020, do município de São João;

LXXX - Decreto Legislativo nº 92, de 8 de abril de 2020, do município de Afrânio;

LXXXI - Decreto Legislativo nº 93, de 8 de abril de 2020, do município de Nazaré da Mata;

LXXXII - Decreto Legislativo nº 94, de 8 de abril de 2020, do município de Carpina;

LXXXIII - Decreto Legislativo nº 95, de 8 de abril de 2020, do município de Toritama;

LXXXIV - Decreto Legislativo nº 96, de 8 de abril de 2020, do município de São Joaquim do Monte;

LXXXV - Decreto Legislativo nº 97, de 8 de abril de 2020, do município de Caruaru;

LXXXVI - Decreto Legislativo nº 98, de 8 de abril de 2020, do município de Arcoverde;

LXXXVII - Decreto Legislativo nº 99, de 8 de abril de 2020, do município de Agrestina;

LXXXVIII - Decreto Legislativo nº 100, de 8 de abril de 2020, do município de Feira Nova;

LXXXIX - Decreto Legislativo nº 101, de 8 de abril de 2020, do município de Granito;

XC - Decreto Legislativo nº 102, de 8 de abril de 2020, do município de Salgadinho;

XCI - Decreto Legislativo nº 103, de 8 de abril de 2020, do município de Belo Jardim;

XCII - Decreto Legislativo nº 104, de 8 de abril de 2020, do município de Jaboatão dos Guararapes;

XCIII - Decreto Legislativo nº 106, de 8 de abril de 2020, do município de São Caetano;

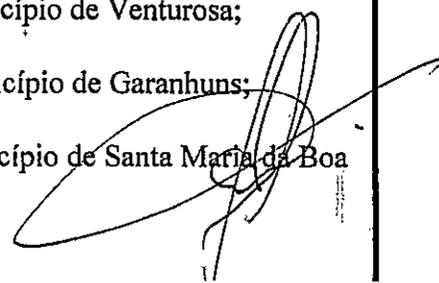
XCIV - Decreto Legislativo nº 107, de 8 de abril de 2020, do município de Ibirajuba;

XCV - Decreto Legislativo nº 108, de 8 de abril de 2020, do município de Sanharó;

XCVI - Decreto Legislativo nº 109, de 8 de abril de 2020, do município de Riacho das Almas;

XCVII - Decreto Legislativo nº 110, de 8 de abril de 2020, do município de Araçoiaba;

- XCVIII - Decreto Legislativo nº 111, de 8 de abril de 2020, do município de Palmares;
- XCIX - Decreto Legislativo nº 112, de 8 de abril de 2020, do município de Frei Miguelinho;
- C - Decreto Legislativo nº 113, de 8 de abril de 2020, do município de Jaqueira;
- CI - Decreto Legislativo nº 115, de 8 de abril de 2020, do município de Caetés;
- CII - Decreto Legislativo nº 116, de 8 de abril de 2020, do município de Jucati;
- CIII - Decreto Legislativo nº 118, de 8 de abril de 2020, do município de Goiana;
- CIV - Decreto Legislativo nº 119, de 8 de abril de 2020, do município de Tabira;
- CV - Decreto Legislativo nº 120, de 8 de abril de 2020, do município de Terra Nova;
- CVI - Decreto Legislativo nº 121, de 8 de abril de 2020, do município de Quipapá;
- CVII - Decreto Legislativo nº 122, de 8 de abril de 2020, do município de Capoeiras;
- CVIII - Decreto Legislativo nº 123, de 8 de abril de 2020, do município de Santa Maria do Cambucá;
- CIX - Decreto Legislativo nº 124, de 8 de abril de 2020, do município de Exu;
- CX - Decreto Legislativo nº 125, de 8 de abril de 2020, do município de Bonito;
- CXI - Decreto Legislativo nº 126, de 8 de abril de 2020, do município de Lagoa do Ouro;
- CXII - Decreto Legislativo nº 127, de 8 de abril de 2020, do município de Paranatama;
- CXIII - Decreto Legislativo nº 128, de 8 de abril de 2020, do município de Brejão;
- CXIV - Decreto Legislativo nº 129, de 8 de abril de 2020, do município de Primavera;
- CXV - Decreto Legislativo nº 130, de 8 de abril de 2020, do município de Xexéu;
- CXVI - Decreto Legislativo nº 131, de 8 de abril de 2020, do município de Jatobá;
- CXVII - Decreto Legislativo nº 132, de 8 de abril de 2020, do município de Calumbi;
- CXVIII - Decreto Legislativo nº 133, de 8 de abril de 2020, do município de Jupi;
- CXIX - Decreto Legislativo nº 134, de 8 de abril de 2020, do município de Itacuruba;
- CXX - Decreto Legislativo nº 135, de 8 de abril de 2020, do município de São José da Coroa Grande;
- CXXI - Decreto Legislativo nº 137, de 8 de abril de 2020, do município de Alagoinha;
- CXXII - Decreto Legislativo nº 138, de 8 de abril de 2020, do município de Moreilândia;
- CXXIII - Decreto Legislativo nº 139, de 8 de abril de 2020, do município de Venturosa;
- CXXIV - Decreto Legislativo nº 140, de 8 de abril de 2020, do município de Garanhuns;
- CXXV - Decreto Legislativo nº 141, de 8 de abril de 2020, do município de Santa Maria da Boa



Vista;

CXXVI - Decreto Legislativo nº 142, de 8 de abril de 2020, do município de Santa Terezinha;

CXXVII - Decreto Legislativo nº 143, de 8 de abril de 2020, do município de Calçado;

CXXVIII - Decreto Legislativo nº 144, de 8 de abril de 2020, do município de Parnamirim;

CXXIX - Decreto Legislativo nº 145, de 8 de abril de 2020, do município de Igarassu;

CXXX - Decreto Legislativo nº 146, de 8 de abril de 2020, do município de Passira;

CXXXI - Decreto Legislativo nº 147, de 8 de abril de 2020, do município de Sirinháem;

CXXXII - Decreto Legislativo nº 148, de 8 de abril de 2020, do município de Buíque;

CXXXIII - Decreto Legislativo nº 150, de 17 de abril de 2020, do município de Itaquitinga;

CXXXIV - Decreto Legislativo nº 151, de 17 de abril de 2020, do município de Chã Grande;

CXXXV - Decreto Legislativo nº 152, de 17 de abril de 2020, do município de Lagoa do Carro;

CXXXVI - Decreto Legislativo nº 153, de 17 de abril de 2020, do município de Iati;

CXXXVII - Decreto Legislativo nº 155, de 17 de abril de 2020, do município de Ilha de Itamaracá;

CXXXVIII - Decreto Legislativo nº 156, de 17 de abril de 2020, do município de Buenos Aires;

CXXXIX - Decreto Legislativo nº 157, de 17 de abril de 2020, do município de Manari;

CXL - Decreto Legislativo nº 158, de 17 de abril de 2020, do município de Cachoeirinha;

CXLI - Decreto Legislativo nº 159, de 17 de abril de 2020, do município de Sertânia;

CXLII - Decreto Legislativo nº 160, de 17 de abril de 2020, do município de Carnaíba;

CXLIII - Decreto Legislativo nº 161, de 17 de abril de 2020, do município de Tuparetama;

CXLIV - Decreto Legislativo nº 162, de 17 de abril de 2020, do município de Palmeirina;

CXLV - Decreto Legislativo nº 163, de 17 de abril de 2020, do município de Saloá;

CXLVI - Decreto Legislativo nº 164, de 17 de abril de 2020, do município de Brejinho;

CXLVII - Decreto Legislativo nº 165, de 17 de abril de 2020, do município de Quixaba;

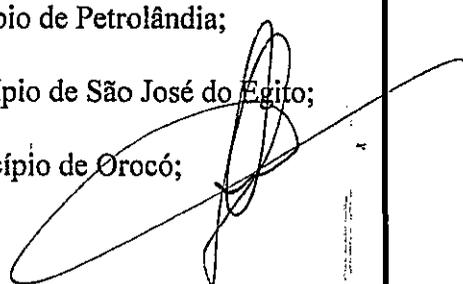
CXLVIII - Decreto Legislativo nº 166, de 17 de abril de 2020, do município de Santa Filomena;

CXLIX - Decreto Legislativo nº 167, de 17 de abril de 2020, do município de Camutanga;

CL - Decreto Legislativo nº 168, de 17 de abril de 2020, do município de Petrolândia;

CLI - Decreto Legislativo nº 169, de 17 de abril de 2020, do município de São José do Egito;

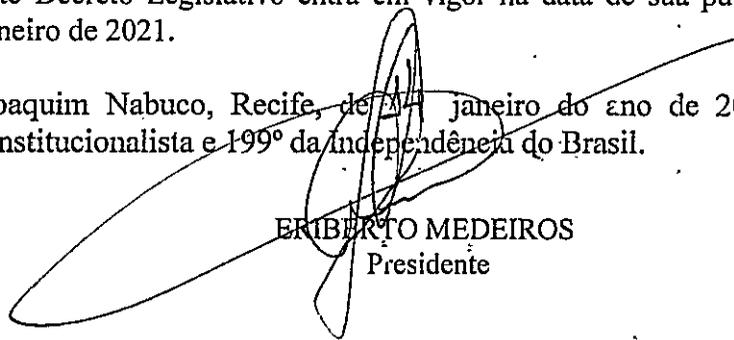
CLII - Decreto Legislativo nº 170, de 17 de abril de 2020, do município de Orocó;



- CLIII - Decreto Legislativo nº 171, de 17 de abril de 2020, do município de Lagoa Grande;
- CLIV - Decreto Legislativo nº 172, de 17 de abril de 2020, do município de Timbaúba;
- CLV - Decreto Legislativo nº 173, de 17 de abril de 2020, do município de Angelim;
- CLVI - Decreto Legislativo nº 174, de 17 de abril de 2020, do município de Floresta;
- CLVII - Decreto Legislativo nº 176, de 17 de abril de 2020, do município de Itapetim;
- CLVIII - Decreto Legislativo nº 177, de 17 de abril de 2020, do município de Serrita;
- CLIX - Decreto Legislativo nº 178, de 17 de abril de 2020, do município de Iguaracy;
- CLX - Decreto Legislativo nº 179, de 17 de abril de 2020, do município de Escada;
- CLXI - Decreto Legislativo nº 180, de 24 de abril de 2020, do município de Abreu e Lima;
- CLXII - Decreto Legislativo nº 181, de 24 de abril de 2020, do município de Barreiros;
- CLXIII - Decreto Legislativo nº 182, de 24 de abril de 2020, do município de Maraial;
- CLXIV - Decreto Legislativo nº 183, de 24 de abril de 2020, do município de Lajedo;
- CLXV - Decreto Legislativo nº 184, de 24 de abril de 2020, do município de Tupanatinga;
- CLXVI - Decreto Legislativo nº 185, de 24 de abril de 2020, do município de Salgueiro;
- CLXVII - Decreto Legislativo nº 186, de 24 de abril de 2020, do município de Trindade;
- CLXVIII - Decreto Legislativo nº 187, de 24 de abril de 2020, do município de Correntes;
- CLXIX - Decreto Legislativo nº 188, de 24 de abril de 2020, do município de Tacaratu;
- CLXX - Decreto Legislativo nº 190, de 24 de abril de 2020, do município de Inajá;
- CLXXI - Decreto Legislativo nº 191, de 24 de abril de 2020, do município de Jataúba;
- CLXXII - Decreto Legislativo nº 192, de 24 de abril de 2020, do município de Belém do São Francisco; e
- CLXXIII - Decreto Legislativo nº 193, de 29 de maio de 2020, do município de Catende.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2021.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, de 24 de janeiro do ano de 2021, 204º da Revolução Republicana Constitucionalista e 199º da Independência do Brasil.

  
ERIBERTO MEDEIROS  
Presidente